

Elevação da Libor não é suficiente para acionar salvaguardas

BRASÍLIA — A elevação da taxa de juros no mercado londrino — Libor — de 8,71% em setembro passado para 10,56% agora representa uma despesa de US\$ 1 bilhão a mais para o Brasil este ano, mas mesmo assim isso não é suficiente para acionar o mecanismo de salvaguarda introduzido no acordo com os bancos credores. A informação é do diretor da Área Externa do Banco Central, Arnim Lore, um dos negociadores da dívida externa do Brasil.

A alta da Libor, que começou em dezembro ano passado, quando a taxa pulou para 9,44%, mostra que o país continua vulnerável à alteração na conjuntura internacional que têm reflexos sobre o endividamento externo. No acordo de setembro, o governo brasileiro conseguiu incluir essa cláusula de salvaguarda, considerando-a um avanço em relação a acordos anteriores, pois poderia ser acionada em períodos nos quais as taxas de juros internacionais subissem significativamente.

O problema é que o critério sobre o que vêm a ser taxas altas é muito subjetivo, como admitem outras fontes do governo, não existindo um patamar mínimo a ser levado em consideração para acionar a cláusula. O acordo original só seria passível de revisão em caso de ocorrência de "algum desequilíbrio na economia internacional", informam os especialistas do governo.

A avaliação dos credores, porém, é de que até agora esta elevação na taxa é normal, não justificando a reabertura do acordo. Para cada ponto de aumento na taxa, a dívida brasileira aumenta 1%. O critério para se acionar o mecanismo de salvaguarda é tão subjetivo que embora os atuais níveis da Libor sejam hoje superiores aos de 83 - quando a taxa chegou a 9,89% e o mundo vivia o segundo choque de petróleo — isso não é suficiente para garantir a validade das salvaguardas para o país.

Patamar — Especialistas do governo acreditam que a salvaguarda somente será acionada se as taxas chegarem a 15%, um patamar próximo ao de 81, quando a libor bateu em 16,77% e a prime rate — a taxa de juros referencial do mercado americano, que na época tinha um peso maior sobre a dívida brasileira, a 18,83%. O resultado desta elevação foi que a dívida brasileira quase dobrou de valor.

De acordo com esses especialistas, as perspectivas para os próximos meses em relação as taxas de juros no mercado internacional não são muito otimistas porque o governo americano vem enfrentando problemas com a inflação. A previsão de técnicos do governo é de que as taxas americanas devam continuar a subir até o final do primeiro semestre, somente sendo possível reverter esta tendência a partir do segundo. Enquanto isto, a elevação continuará incidir mesmo com uma defasagem de seis meses, sobre a dívida brasileira.